

A indústria da cana de açúcar no Brasil dos anos 2000

Material de apoio à palestra do Profa. Dra. Elizabeth Farina

Coordenação: Profa. Dra. Denise CavalliniCyrillo

Equipe: Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Andréa Consolino Ximenes

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Universidade de São Paulo

Dezembro de 2016

Sumário

1. Apresentação	4
2. Conceitos	6
Abertura econômica dos anos 90.....	6
Bens substitutos e complementares	6
CIDE	6
Commodities	7
Competitividade	7
Economia Institucional	7
Efeito Estufa	7
IPI.....	8
Multiplicador	8
Países em desenvolvimento	9
PIB.....	9
PIS/Cofins	10
Preços Relativos	10
Proálcool.....	10
Protecionismo	11
Subsídio	11
Vantagem comparativa	11
3. Organizações	13
ANP	13
FGV	13
OCDE.....	13
OMC.....	13
Parlamento Europeu	14
RAIS	14
Notícias.....	15
Convenção do clima em Paris	15
Crise da Petrobrás	15
Fechamento de Usinas	15
Produção recorde de açúcar	16

4. Economistas	17
Douglass North.....	17
Oliver Williamson	17
Ronald Coase.....	17
5. Bibliografia	18

1. Apresentação

Este material é parte integrante do projeto “A conjuntura Econômica no Tempo”, coordenado pela Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), que tem por objetivo criar um acervo de palestras sobre a conjuntura econômica brasileira para disponibilizar ao público interno e externo à USP por meio do portal da FEA. O projeto contou, no início, com o apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. As palestras foram ministradas no âmbito da disciplina EAE0113 - Introdução à Análise da Conjuntura Econômica, para os alunos ingressantes do Bacharelado em Ciências Econômicas da FEA-USP.

A palestra “A indústria da cana de açúcar no Brasil dos anos 2000” foi ministrada pela professora Elizabeth M. Farina, no dia quatro de abril de 2016.

O presente documento, desenvolvido pela equipe do projeto, visa complementar algumas informações da palestra a fim de tornar sua compreensão mais ampla e estender o alcance do conhecimento produzido na Universidade para a comunidade externa, incluindo o público leigo, contribuindo para o fortalecimento da Extensão Universitária, que compõe, juntamente, com a Pesquisa e Ensino, o tripé da Universidade de São Paulo.

Optou-se por apresentar os conceitos desta apostila na forma de verbetes, em ordem alfabética, para que o leitor possa consultar diretamente as informações pelas quais tenha mais interesse. Assim, a apostila está organizada em seis sessões. A primeira contém um breve resumo do currículo da palestrante e apresenta a União das Indústrias de Cana de açúcar (UNICA). A segunda traz explicações simplificadas dos conceitos econômicos abordados na palestra. A terceira seção apresenta as organizações mencionadas. Já a quarta indica textos da imprensa úteis para a compreensão da discussão. A quinta seção apresenta um resumo da biografia dos economistas mencionados na palestra. Por fim, a última seção traz as referências bibliográficas.

Esperamos que o leitor considere a leitura agradável e útil e que esse material desperte o interesse pelo estudo do cativante universo da Economia.

Bons Estudos!

Sobre a Professora Elizabeth Farina

A professora Elizabeth M. M. Q. Farina é formada em economia pela Universidade de São Paulo (1976), onde obteve também doutorado em economia (1983). Foi professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP) e chefiou o Departamento de Economia por duas vezes (2002-2004 e 2011-2012). Foi presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão ligado ao Ministério da Justiça, entre 2004 e 2008. Atualmente é diretora presidente da União das Indústrias de Cana de Açúcar (UNICA).

Sobre a UNICA

A União das Indústrias de Cana de Açúcar (UNICA) ¹foi criada em 1997 para representar o setor de açúcar e bioetanol do Brasil. Atualmente congrega mais de 120 empresas, que respondem por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzido no país. A UNICA atua para melhorar a imagem dos produtores brasileiros, favorecer a competitividade do setor sucroenergético e defender os interesses de seus associados e, para isso, conta com escritórios no Brasil e no exterior atuando em parceria com consumidores, ONGs, governos, empresas e mídia.

¹ UNICA, 2016

2. Conceitos

Abertura econômica dos anos 90

O processo de abertura da economia brasileira² ocorreu em meio a tentativas de garantir a estabilidade monetária. A liberação das importações com o estabelecimento de tarifas alfandegárias mais baixas ocorreu em meio ao plano Collor, marcado pelo congelamento de ativos bancários (depósitos em poupança e depósitos à vista). A hipótese era de que a entrada de produtos importados ajudaria a estabilizar os preços domésticos, pois forçaria os produtores brasileiros a se adequarem aos preços internacionais, desestimulando elevações futuras. A abertura comercial dos anos 90 contribuiu para o sucesso do Plano Real, em 1994, ao garantir a concorrência dos produtos domésticos com os do mercado internacional.

Bens substitutos e complementares

Bens são itens que servem para atender necessidades humanas.

Bens substitutos³ são aqueles que podem desempenhar uma mesma função, o que torna sua escolha indiferente do ponto de vista dos consumidores, aos mesmos preços. São exemplos de bens substitutos a gasolina e o etanol, carros e bicicletas ou ingressos de cinema e de teatro. Quando o preço de um bem sobe, a demanda por seus substitutos tende a aumentar.

Bens complementares⁴ são aqueles que costumam ser usados em conjunto. Alguns exemplos de bens complementares são café e açúcar, carros e combustíveis ou celulares e carregadores. Quando o preço de um bem sobe, a demanda por seus complementares tende a cair.

CIDE

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)⁵ é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de gasolina, diesel, querosene, gás liquefeito de petróleo (GLP), dentre outros combustíveis. A alíquota da CIDE varia de acordo com o combustível, de modo que para alguns deles – como é o caso do etanol – ela é nula, ao passo que para a gasolina ela está em R\$ 0,10 por litro.

² VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 284 – 290

³ STOCKMAN, 1996, p. 79

⁴ STOCKMAN, 1996, p. 79

⁵ BRASIL, 2016

Commodities

Commodities⁶, também chamadas de bens fungíveis, são mercadorias que não possuem particularidades capazes de identificar seus produtores. Mercadorias que podem ter diferentes marcas ou níveis de qualidade não são, portanto, commodities.

Um exemplo de commodity é o minério de ferro, pois, como não há grandes diferenças de qualidade desse minério, independentemente de onde ele seja produzido, a tonelada será vendida pelo mesmo preço no mercado internacional (descontando-se os custos de transporte). Vegetais, minerais e carnes não processados são, em geral, commodity.

Competitividade

Competitividade é uma condição que leva uma empresa a ser bem-sucedida na concorrência com rivais⁷. Analogamente, um país competitivo é aquele cujos produtores conseguem ser bem-sucedidos no mercado internacional, competindo em condições igualitárias ou mesmo vantajosas com os produtores do exterior.

Alguns fatores podem tornar um país pouco competitivo, tais como más condições da infraestrutura, baixa capacidade técnica, elevada carga tributária, estrutura burocrática complexa, dentre outros problemas que encarecem sua produção⁸.

Economia Institucional

Apesar de os primeiros estudos nessa área terem ocorrido no século XIX, o conceito de economia institucional⁹ foi cunhado pela primeira vez em 1919 e, mais recentemente, foi substituído pelo chamado novo “Institucionalismo”, que tem como principais nomes os economistas Douglass North, Ronald Coase e Oliver Williamson (ver Economistas). Para os novos institucionalistas, o papel de uma instituição no mundo econômico é o de redutor de custos de transação, que é como se denominam os custos envolvidos em uma transação econômica (custos de transportes, pesquisas de preços, elaboração de contratos, dentre outros).

Efeito Estufa

Gases como o gás carbônico (CO₂), o metano (CH₄) e o vapor d'água (H₂O) funcionam como uma cortina de gás que vai da superfície da Terra em direção ao espaço, impedindo que a energia do sol absorvida pela Terra durante o dia volte para o espaço. Sendo assim, parte do calor fica “aprisionado” próximo da Terra (onde o ar é mais denso), o que faz com que a temperatura média do nosso planeta seja em torno de 15°C. A esse fenômeno de aquecimento da Terra dá-

⁶ FINANCIAL TIMES, 2015.

⁷ MARIOTTO, 1991, p.38.

⁸ SILVA, 2000, p.7.

⁹ CAVALCANTE, 2014, p. 379

se o nome de Efeito Estufa¹⁰. Se não existisse o efeito estufa a temperatura média na Terra seria em torno de -15°C e não existiria água na forma líquida, nem vida.

O grande problema é que o efeito estufa está aumentando muito rapidamente desde o último século, pois está havendo uma alta emissão de gases como gás carbônico, metano e óxido nítrico para a atmosfera. A principal fonte de gás carbônico é a queima de combustíveis fósseis (carvão, gasolina, diesel) e as queimadas das florestas. Nestes últimos 140 anos, a temperatura do nosso planeta aumentou em média $0,76^{\circ}\text{C}$. Pode parecer pouco, mas esse aumento já foi suficiente para abalar o meio ambiente. Podemos ver na figura 1 a variação na emissão de um dos gases do efeito estufa, o CO_2 . O aumento vertiginoso apontado na trajetória explica a preocupação geral com a questão.

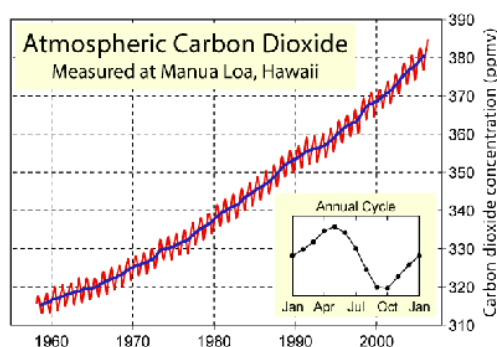


Figura 1 - Variação na concentração de CO_2 na atmosfera medida no Observatório de Manua Loa no Havaí localizado a 3.500 m de altitude. Fonte: USP QUÍMICA AMBIENTAL, 2006.

IPI

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)¹¹ incide sobre produtos importados e sobre a saída de produtos de estabelecimentos industriais domésticos. As várias alíquotas existentes para o IPI podem ser encontradas na Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), disponibilizada no site da Receita Federal.

Multiplicador

Em nível macroeconômico, a economia está em equilíbrio quando ocorre a igualdade entre demanda agregada e a renda (Y). A demanda agregada é constituída pela soma do consumo (C), investimento (I), gasto público (G) e saldo da balança comercial, isto é, exportações menos importações ($X - M$). Em termos matemáticos, o equilíbrio é dado pela seguinte equação:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

¹⁰ USP QUÍMICA AMBIENTAL, 2006.

¹¹ BRASIL, 2016

Quando ocorre um aumento exógeno em algum componente da demanda agregada, o produto da economia irá se expandir em um montante que é um múltiplo do aumento original – o multiplicador¹². Ou seja, se o Governo ampliar seus gastos em R\$ 100 milhões, e o produto da Economia, em função do aumento desse gasto, aumentar em R\$ 500 milhões, o multiplicador dessa economia será igual a 5!

A intuição para que se compreenda o efeito multiplicador pode ser dada a partir de um exemplo: suponha que o governo resolva construir um sistema de rodovias, obra esta que eleva os gastos públicos; a construção demandará uma série de bens, o que elevará a demanda agregada e promoverá um crescimento do produto. Essa elevação do produto se concretizará por meio de um aumento do emprego que implicará, conseqüentemente, uma elevação da renda dos consumidores, o que incrementará o consumo, que aumentará a demanda agregada e assim sucessivamente. Dessa forma, uma expansão limitada do gasto público promoverá uma elevação em maior magnitude do produto.

É preciso notar que, da mesma forma que a elevação de algum componente exógeno da demanda agregada incrementa o produto em maior magnitude, a redução provoca o efeito contrário. Dessa forma, a retração do gasto público, por exemplo, promoverá uma queda maior do produto do que a queda original do gasto do governo.

Países em desenvolvimento

Os países em desenvolvimento¹³, também chamados de emergentes, são aqueles que apresentam grande dinamismo econômico sem, no entanto, terem alcançado a condição de desenvolvidos. Durante a crise de 2008, os emergentes mantiveram taxas médias de crescimento de 5,4% ao ano, consideravelmente superiores às dos países ricos que, atingidos pela recessão, enfrentaram taxas de 0,1%. O conceito de “países emergentes” é frequentemente associado aos BRICS que representam os novos dínamos da economia mundial.

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB)¹⁴ é o valor total da produção de bens e serviços finais de um país em determinado período de tempo. Por bens e serviços finais entende-se aquilo que não será destruído para a produção de outros bens e serviços (como os insumos). Essa distinção é importante para evitar a dupla contagem, isto é, para que o valor dos insumos não entre duas vezes no cômputo do PIB, uma vez como valor produzido do próprio setor do insumo e outra no valor do bem final, já que o valor do insumo também estará embutido neste.

¹² BLANCHARD, 2007, p. 48

¹³ RIBEIRO, 2015.

¹⁴ SIMONSEN; CYSNE, 2007, p. 146 – 149

PIS/Cofins

O PIS – Programa de Integração Social¹⁵ – foi instituído para integrar os funcionários às empresas. Trata-se de uma contribuição que, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a financiar direitos sociais como o seguro desemprego. O COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – incide sobre o faturamento mensal das empresas, isto é, sua receita bruta. O produto de sua arrecadação destina-se a integrar o Orçamento da Seguridade Social.

Preços Relativos

O preço relativo¹⁶ é a forma de expressar o valor de um determinado bem Y em termos de um bem X qualquer. Em outras palavras, pode-se dizer que os preços relativos nos permitem medir o valor de qualquer bem em relação a um bem específico.

Para se ter um exemplo, suponha que o preço de um bem X seja R\$4,00 e o de um bem Y seja R\$20,00. Assim, uma nota de vinte reais conseguirá comprar uma unidade do bem Y ou cinco unidades do bem X, o que é o mesmo que afirmar que o preço de Y em relação a X é cinco (1Y vale 5X). Se, por algum motivo, o preço do bem X duplicar, o preço do bem Y também terá de duplicar para que seja mantido o preço relativo entre eles. Caso se verifique que o preço de X duplicou e o preço de Y ficou estável, o preço do bem Y terá se reduzido (de 5X para 2,5X).

Proálcool

Criado em 1975, em resposta ao primeiro grande choque do petróleo (ocorrido em 1973), o Programa Nacional do Álcool (Proálcool)¹⁷ foi, à época, a maior iniciativa para substituir o combustível fóssil pelo biocombustível renovável no mundo. A iniciativa ocorreu em um momento particularmente favorável, pois, além da demanda por fontes alternativas de combustíveis, o açúcar enfrentava um momento de perspectivas pouco atraentes, o que induziu os produtores de cana a reduzir sua produção de açúcar e aumentar a de álcool. O Proálcool contou com financiamentos do Banco Mundial e com o compromisso de o governo brasileiro manter o preço competitivo em relação à gasolina, o que levou, adicionalmente, à expansão da frota de carros movidos a álcool no país.

O programa perdeu protagonismo no final da década de 1980, com a retomada da oferta de petróleo (e a consequente queda dos preços), a recuperação dos preços do açúcar e uma forte crise fiscal que impediu a continuidade das políticas para a sua expansão. Apesar da ocorrência

¹⁵ ALVES, 2016

¹⁶ VARIAN, 2006, p. 615

¹⁷ NITSCH, 1991

de um terceiro choque do petróleo durante a guerra do Golfo (1990), a alta do preço do açúcar limitou a recuperação do Proálcool, naquela época.

Protecionismo

Protecionismo¹⁸ é o nome dado a um conjunto de medidas adotadas por governos com vistas a proteger os produtores locais da concorrência externa. As medidas protecionistas consistem na imposição de uma série de barreiras à entrada de produtos estrangeiros como, por exemplo, tarifas e quotas de importação e, no limite, a proibição explícita à entrada de algum bem. Por vezes, as medidas protecionistas são menos perceptíveis como, por exemplo, as restrições à entrada de algum produto alegando-se questões sanitárias.

Se por um lado o protecionismo beneficia os produtores, por outro prejudica os consumidores, que ficam com menos opções.

Em um contexto de protecionismo excessivo, foi criada em 1986 a Organização Mundial do Comércio (OMC), que, por meio de diversos acordos internacionais, promoveu uma onda de redução das barreiras comerciais pelo mundo.

Subsídio

Um subsídio¹⁹ pode ser considerado um imposto ao contrário: enquanto os impostos aumentam os preços ao consumidor, os subsídios os reduzem. Há dois tipos de subsídios, os de quantidade e os chamados ad valorem. No caso de um subsídio de quantidade, o governo dá ao consumidor um valor fixo por unidade do bem adquirido. Os subsídios ad valorem, por outro lado, são definidos como porcentagens dos preços dos bens subsidiados.

Vantagem comparativa

O conceito de vantagem comparativa²⁰ está intimamente ligado ao de custo de oportunidade: ter vantagem comparativa é produzir um bem com menor custo de oportunidade em relação a outro produtor. Esse conceito está na base da ideia de que o comércio internacional é benéfico para os países que dele participam. Ainda que um país A seja menos eficiente do que um país B na produção de um determinado bem X, o comércio entre os dois países poderá beneficiá-los simultaneamente. Assim, mesmo que o país A seja menos eficiente na produção de X, será vantajoso produzi-lo caso o país B seja relativamente mais eficiente na produção de um bem Y que possa ser trocado por X. Dessa forma, se cada país se especializar na produção do bem em que possui vantagem comparativa, a oferta total será maior do que se não houver especialização.

¹⁸ LANZANA, 2010, p.77.

¹⁹ VARIAN, 2006, p. 29

²⁰ STOCKMAN, 1996, p. 54

3. Organizações

ANP

A Agência Nacional do Petróleo²¹, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi criada pela lei 9.478/97 com a finalidade de regular, contratar e fiscalizar as atividades econômicas relacionadas a esse setor. A ANP é vinculada ao Ministério de Minas e Energia e opera em regime autárquico especial.

FGV

A Fundação Getúlio Vargas (FGV)²² foi criada em 1944 com vistas a formar profissionais qualificados nas áreas de administração pública e privada. Atualmente, realiza estudos encomendados pelos setores público e privado e por organismos internacionais como o Banco Mundial. Seu instituto de economia (IBRE) elabora indicadores e relatórios que contribuem para a política econômica brasileira. Dentre seus principais indicadores econômicos estão o Índice Geral de Preços (IGP), o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) e diversos índices setoriais.

OCDE

Sediada em Paris (França), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)²³ é uma organização intergovernamental formada pelos países mais industrializados e desenvolvidos do globo. Os representantes dos países membros promovem encontros regulares para trocar informações e discutir políticas coordenadas com vistas a maximizar o crescimento econômico de seus países.

OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC)²⁴ foi criada em 1995, englobando o Acordo Geral de Tarifas e de Comércio (GATT) de 1947, os acordos firmados na chamada “Rodada Uruguai” (1994) e todas as negociações multilaterais realizadas até então com vistas a garantir maior liberdade para o comércio mundial.

²¹ BRASIL, L.9.478.

²² FGV, 2016

²³ BRASIL, 2016

²⁴ THORSTENSEN, 1998

As principais funções da OMC são colocar em prática os acordos firmados até 1994, criar um foro para a negociação das relações comerciais entre os países membros e estabelecer uma espécie de tribunal que garanta o cumprimento dos acordos, além de avaliar periodicamente os resultados das políticas comerciais estabelecidas.

Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu²⁵ é o órgão legislativo da União Europeia. Seus membros são escolhidos através de eleições diretas, que ocorrem a cada cinco anos em todos os países membros do bloco de maneira a buscar uma representação proporcional à população de cada país. As sessões do Parlamento Europeu ocorrem em Estrasburgo (França) e em Bruxelas (Bélgica) e nelas os deputados podem discursar em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

Dentre as principais funções do órgão estão a de discutir a política monetária junto ao Banco Central Europeu, elaborar o orçamento da União Europeia e decidir acordos internacionais.

RAIS

Criada em 1975, a Relação Anual de Informações Sociais²⁶ é um instrumento de coleta de dados utilizado pelo Ministério do Trabalho. Os dados coletados pela RAIS são utilizados para o controle dos registros do FGTS, elaboração de estudos estatísticos e atuariais, dentre outros usos.

²⁵ UNIÃO EUROPEIA, 2016

²⁶ BRASIL, 2016

Notícias

Convenção do clima em Paris

CAMPOS, A. C.; VERDELIO, A. Conferência com 195 países em Paris tenta chegar a novo acordo climático. **Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC**. Brasília, 28 nov. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-11/paises-se-reunem-em-paris-para-tentar-chegar-novo-acordo-climatico>>. Acesso em: 13 out. 2015

CONFERÊNCIA do clima termina com ‘acordo histórico’ contra aquecimento global. **BBC Brasil**. [s.l.], 12 dez. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb>. Acesso em: 13 out. 2015

Crise da Petrobrás

CRISE da Petrobrás se aprofunda e atinge alto escalão de empreiteiras. **BBC Brasil**. [s.l.], 14 nov. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141113_petrobras_ru>. Acesso em: 13 out. 2016

MARTÍN, M. Petrobras tem pior prejuízo da história com crise e queda do barril. **El País**. Rio de Janeiro, 22 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/22/economia/1458608039_538616.html>. Acesso em: 13 out. 2016

Fechamento de Usinas

TOLEDO, M. Crise no setor canavieiro provoca fechamento de usinas e demissões. **Folha de São Paulo**. Ribeirão Preto, 13 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1655141-crise-no-setor-canavieiro-provoca-fechamento-de-usinas-e-demissoes.shtml>>. Acesso em: 13 out. 2016

Produção recorde de açúcar

BONATO, G. Conab prevê recorde de produção de açúcar no centro-sul apesar de moagem menor. **Extra**. São Paulo, 17 ago. 2016. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/economia/conab-preve-recorde-de-producao-de-acucar-no-centro-sul-apesar-de-moagem-menor-19939944.html>>. Acesso em: 13 out. 2016

4. Economistas

Douglass North

Nascido em 1920, Douglass North ²⁷obteve seu doutorado pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e foi diretor do National Bureau of Economic Research por 20 anos. Destacou-se por seus estudos acerca do efeito das instituições sobre o desenvolvimento econômico dos países. Em 1993 recebeu o prêmio Nobel de economia.

Oliver Williamson

Nascido em 1932, Oliver Williamson²⁸ foi professor de economia nas universidades de Yale, Pensilvânia e Berkeley, Califórnia. Suas principais áreas de pesquisa foram os custos de transação e a organização industrial, tendo sido laureado com o prêmio Nobel de Economia em 2009.

Ronald Coase

Nascido em 1910, Ronald Coase²⁹ foi professor emérito da Escola de Direito da Universidade de Chicago, onde estudou questões relacionadas a externalidades e alocação eficiente de recursos. Seu mais famoso trabalho, “The Problem of Social Costs”, foi publicado em 1960 e se tornou objeto de diversas interpretações. Em razão de seus estudos, Coase ganhou o prêmio Nobel de economia de 1991. Faleceu em 2013, nos Estados Unidos.

²⁷ BIOGRAPHY, 2014

²⁸ POLICONOMICS, 2012

²⁹ VARIAN, 2006, p. 677

5. Bibliografia

ALVES, F. O que é e como calcular o PIS e Cofins? **Indústria Hoje**. [s.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.industriahoje.com.br/o-que-e-e-como-calculer-o-pis-e-cofins>>. Acesso em: 11 out. 2016

BIOGRAPHY. **Douglass C. North Biography**. [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/douglass-c-north-9425046#synopsis>>. Acesso em: 10 out. 2016

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4 ed. São Paulo, Pearson 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 07 ago. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 11 out. 2016

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Cide-combustíveis (Contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre as operações realizadas com combustíveis)**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/cide>>. Acesso em: 11 out. 2016

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/ipi>>. Acesso em: 11 out. 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE**. Brasília, [2016]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2531>>. Acesso em: 04 jul. 2016

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set./dez. 2014.

FARINA, E. M. M. Q. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. São Paulo, 02 out. 2013. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787434Y7>>. Acesso em: 16 nov. 2016

FGV. **Institucional**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://portal.fgv.br/institucional-fgv>>. Acesso em: 13 out. 2016

FINANCIAL TIMES. **Financial Times Lexicon**. [S.l.], 2015. Disponível em: <lexicon.ft.com>. Acesso em: 15 out. 2015.

LANZANA, A. E. T. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIOTTO, F. L. O conceito de competitividade da empresa: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 37-52, abr./jun. 1991.

NITSCH, M. O programa de biocombustíveis Proálcool no contexto da estratégia energética brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2, n. 2 (42), p. 123-138, abr./jun. 1991.

POLICONOMICS. **Oliver Williamson**. [s.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.policonomics.com/oliver-williamson/>>. Acesso em: 10 out. 2016

RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. de. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 255-287, abr. 2015.

SILVA, R. R. T. da et al. Infraestrutura e facilidades logísticas como estratégias de vantagem competitiva no processo de desenvolvimento sustentável: o caso da cidade de Uberlândia-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 20., 2000. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2000.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STOCKMAN, A. C. **Introduction to Economics**. 2. ed. Orlando, Flórida: Dryden Press, 1996.

THORSTENSEN, V. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 57-89, jun/1998.

UNIÃO EUROPEIA. **Parlamento Europeu**. [s.l.], 2016. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-parliament_pt#composição>. Acesso em: 13 out. 2016

UNICA. **Histórico e Missão**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/historico-emissao/>>. Acesso em: 16 nov. 2016

USP QUÍMICA AMBIENTAL. **Efeito Estufa**. [s.l.], 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/qambiental/tefeitoestufa.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2016

VARIAN, H. **Microeconomia: princípios básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R.; GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3 ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999.

A CONJUNTURA ECONÔMICA NO TEMPO

Projeto Fomento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Reitor

Prof. Dr. MARCO ANTONIO ZAGO

Pró-Reitor de Cultura e Extensão

Prof. Dr. MARCELO DE ANDRADE ROMÉRIO

Diretor da FEA

Prof. Dr. ADALBERTO FISCHMANN

Comissão de Cultura e Extensão da FEAUSP

Profa. Dra. DENISE CAVALINNI CYRILLO – Presidente

Prof. Dr. GILMAR MASIERO – Vice-Presidente

Chefe do Departamento de Economia da FEAUSP

Prof. Dr. HELIO NOGUEIRA DA CRUZ

Equipe do Projeto

Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Jefferson Lécio Leal

Vinicius Curti Cícero

Andréa Consolino Ximenes – Design Instrucional e Finalização

Paulo Henrique Marinho Lopes – Finalização

Olivia Cavallari - Finalização

Jéssica Alves Vassaitis – Revisão e Finalização

Eduardo Custódio - Gravação

Noel Ribeiro – Gravação

